

EXPECTATIVA



INTERCEL ENTREGA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO ACT DOS EMPREGADOS DA CELESC

APAGÃO

Nós avisamos



#ReestatizaEletrobrásJá

'ELETROBRAS DAY' VIRA 'APAGÃO DAY': PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E DEMISSÕES DE PROFISSIONAIS ALTAMENTE QUALIFICADOS APAGARAM O BRASIL

CONFIRA NA PÁG. 2

LUTO

EMPREGADO DA CELESC MORRE EM ACIDENTE DE TRABALHO NA SERRA

Sindicatos da Intercel acompanham investigações sobre acidente

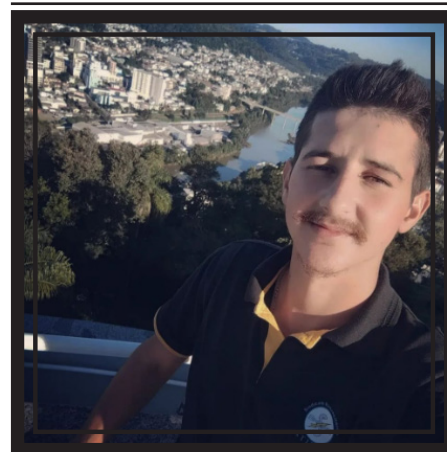


Imagem: reprodução redes sociais

O trabalhador da Celesc André Luiz Correa, de 24 anos, faleceu na terça-feira da semana passada, dia 8, enquanto atuava na rede na região de Lages.

André trabalhava na empresa desde o início do ano 2022 e era muito querido pelos colegas. Numa das últimas fotos postadas em suas redes sociais, ele vestia a camisa do STIEEL, Sindicato que representa a categoria na região de Lages.

A Intercel se solidariza com amigos, familiares e colegas e acompanhará as investigações sobre as motivações da morte de André.

Sua energia permanecerá em nossa memória.

ELETOBRAS

MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA REABRE DIÁLOGO COM DIREÇÃO DA ELETOBRAS

Estado de greve, contudo, permanece aberto

Nos primeiros dias de agosto, em decorrência do movimento grevista, inicialmente previsto para os dias 9, 10 e 11, ocorreram reuniões entre o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e a Direção da Eletrobras, no sentido de discutir e encaminhar os pontos relativos aos descumprimentos do Acordo Coletivo de Trabalho e outros.

Após receber da Eletrobras uma proposta com alguns itens, o CNE externou que, apesar de valorizar a abertura do diálogo, diversos itens ficaram sem resposta na proposta apresentada e não atendem às expectativas de trabalhadoras e trabalhadores, sendo

necessário o estabelecimento de um canal de negociação para objetivar o cumprimento dos itens do ACT.

A empresa atendeu o pedido, marcando uma reunião de negociação para o dia 22 de agosto, em Brasília.

Com o canal de negociação aberto, o CNE promoveu assembleias com a categoria, em que ficou definida a suspensão do movimento grevista, mantendo o estado de greve e as assembleias permanentes.

O CNE e a Intersul ressaltam que a abertura desse canal de negociação só foi possível a partir da mobilização da categoria e de sua capacidade de luta.

CELESC

INTERCEL E CELESC ASSINAM ACORDO DE PLR 2023 E CARTA COMPROMISSO EM RELAÇÃO AO NOVO PLANO DE SAÚDE

Pauta de Reivindicações para o ACT 2023/2024 também foi entregue na cerimônia que ocorreu na sede da ARJTA



No dia 4 de agosto, os Sindicatos da Intercel, o presidente da Celesc, Tarcísio Rosa, e outros membros da Diretoria da Celesc se reuniram na sede da Regional da empresa em Itajaí. O objetivo do encontro era assinar o Acordo de PLR 2023 e a carta compromisso para criação do novo Plano de Saúde, que foram aprovadas pela categoria na Assembleia Estadual dos Empregados da Celesc do dia 29 de julho, em Pomerode.

Além disso, os Sindicatos da Intercel entregaram ao presidente a Pauta de Reivindicações da categoria para o Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, que foi construída a partir das Assembleias Regionais e foi unificada na Assembleia de

Pomerode.

Os Sindicatos reforçaram a Tarcísio Rosa, e outros membros da Diretoria da Celesc se reuniram na sede da Regional da empresa em Itajaí. O objetivo do encontro era assinar o Acordo de PLR 2023 e a carta compromisso para criação do novo Plano de Saúde, que foram aprovadas pela categoria na Assembleia Estadual dos Empregados da Celesc do dia 29 de julho, em Pomerode.

A primeira rodada de negociação deve ocorrer na última semana de agosto. É importante que a categoria permaneça mobilizada e atenta às convocatórias dos Sindicatos para Assembleias e outras mobilizações em defesa do Acordo Coletivo.

ERRATA: Diferentemente do publicado na ed. 1585 do Linha Viva, na matéria sobre a aprovação do Plano de Saúde, não se trata de "co-participação da proporção de 60% pela empresa e 40% pago pelo trabalhador. O correto é contribuição assistencial. A co-participação continua sendo de responsabilidade do(a) empregado(a). Pedimos desculpas pelo equívoco.

#REESTATIZAELETOBRASJÁ

PRIVATIZAÇÃO DA ELETOBRAS E DEMISSÕES APAGARAM O BRASIL

O dia 15 de agosto estava marcado no calendário da Eletrobras como mais um 'Eletrobras Day', momento em que a alta direção mostra os feitos e planos para a empresa. A agenda deu lugar ao apagão que atingiu o Brasil (exceto Roraima, que não se encontra no Sistema Interligado Nacional). O 'Eletrobras Day' teve de ser remarcado, pois faltou luz. São os efeitos perversos da privatização da empresa, alertados pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários e ignorados por quem atuou para privatizar a maior empresa do Sistema Elétrico da América Latina, responsável por 25% da geração e 40% da transmissão.

A identificação das causas do apagão anunciado demorou mais devido à falta de quadro técnico experiente e capacitado, alvo dos desligamentos desenfiados por parte da Eletrobras. A própria empresa afirmou que, quando ocorreram os atos de vandalismo em torres de transmissão, teve que retardar a saída de quadros técnicos experientes para lidar com a situação. Apesar de reconhecer a fragilidade, falou mais alto

o discurso de redução de despesas com pessoal.

Tragédia anunciada: diversos foram os alertas do CNE, que incluíram pedidos de suspensão dos desligamentos na empresa. Ainda em dezembro/22, mesmo sendo um governo de transição, foi solicitada a suspensão dos desligamentos para a Eletrobras privada – pedido ignorado solenemente. Mais uma vez o CNE alertou diversas instâncias do Governo, tanto da falta de quadros técnicos, quanto de descumprimentos de normativas de segurança Brasil a fora. O MME solicitou à Eletrobras, em 20 de julho, que avaliasse a suspensão dos desligamentos, preocupado com o sistema elétrico brasileiro devido à saída de profissionais altamente qualificados e os reflexos para a prestação de serviços, até o momento sem resposta.

Não se trata apenas da falta de quadros técnicos no Sistema Eletrobras, há também o reflexo da gestão do medo na atuação destes profissionais. A Eletrobrasilidade da Eletrobras de Lemann tem por base sobrecarregar o

quadro técnico, descumprir normas de segurança, aumentar acidentes de trabalho, diminuir salários e benefícios – enquanto aumentam suas próprias remunerações em 3.000%, e a consequência é o adoecimento do quadro técnico.

A saída do presidente Wilson Pinto Jr. é outro capítulo nessa história. "Sequestrado" da Vibra após a privatização da Eletrobras pelo grupo 3G, ele renunciou nessa semana. Assume em seu lugar Ivan Monteiro, o articulador do grande acordo da 3G, segundo reportagem da Folha de SP. É sabido que havia desgaste entre o ex-presidente e o Conselho de Administração, mas a saída de Pinto levanta uma lebre: ganhou o mercado financeiro? Apesar de controverso, Pinto conhece o setor elétrico. O novo presidente entende de cifras. A política de gestão baseada em cifras escancarou a fraude das Americanas. Será esse o futuro da Eletrobras?

A reestatização de empresas de energia mundo a fora dá o tom que o Brasil deve seguir: empresas de prestação de serviço essencial devem ser valorizadas e estatais. Reestatização, já!

CELOS

MPF CONCORDA COM INTERCEL EM AÇÃO CONTRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA CELOS

Procurador entende que alteração do Estatuto é prejudicial aos participantes e orienta a justiça a impedir as mudanças exigidas pela Previc

Em 2021, os Sindicatos que compõem a Intercel e a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Celesc (APCelesc) ingressaram com Ação Civil Pública contra a aplicação na Celos de resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) que obrigaria a adoção do voto de qualidade nos Conselhos Deliberativos das Fundações. Entre outras coisas, a CNPC 35 orientava que, em caso de empate em votações do órgão colegiado, o Presidente do Conselho daria o "voto de minerva", desempateando as votações.

Na Celos, os participantes têm direito a escolher, através do voto direto, 3 membros do Conselho Deliberativo, enquanto a Patrocinadora indica o mesmo número de representantes, sendo o Presidente do Conselho um dos indicados por ela. O Estatuto Social da Celos determina um quórum qualificado para aprovações de determinadas matérias no Conselho, ou seja, para que os temas sejam deliberados é necessária aprovação de 2/3 dos Conselheiros (4 votos). Considerando que há paridade entre a representação eleita pelos trabalhadores e a representação indicada pela Patrocinadora, existe um equilíbrio que resguarda os direitos dos participantes.

A instituição do voto de qualidade, conforme determina a CNPC 35, daria plenos poderes à representação indicada pela patrocinadora, deixando os participantes à mercê de decisões que poderiam atentar contra seus direitos. O tema passou por diversas vezes no Conselho Deliberativo da Celos, onde os representantes eleitos pelos trabalhadores se posicionaram contrários à alteração do Estatuto, resguardando os interesses da categoria.

Com o avanço da proposta, as entidades ingressaram com Ação Civil Pública para impedir a alteração do Estatuto da Celos e manter o equilíbrio de forças dentro do Conselho Deliberativo. Em primeira instância, a 4ª Turma do Tribunal Regional

Federal negou liminarmente o pedido, encaminhando para manifestação da Procuradoria Regional da República do Ministério Público Federal. Em parecer, o Procurador Fábio Nesi Venzon orienta o TRF a alterar seu entendimento, corroborando com a defesa que a Intercel e a APCelesc fazem dos participantes: "a reforma da sentença é medida que se impõe, de modo que seja julgada procedente a presente ação, para determinar que a ré PREVIC se abstenha de exigir da CELOS a alteração dos artigos 31, §2º, e 63, do seu Estatuto (versão 7), bem como que a requerida CELOS não promova a alteração das referidas regras estatutárias com fundamento na aludida imposição da PREVIC", afirma na decisão.

De acordo com o Procurador, a imposição do voto de qualidade causaria "um franco desequilíbrio, com predomínio absoluto da vontade dos representantes do patrocinador", salientando que a Celos "gere recursos de milhares de pessoas, os quais servirão de amparo para a concessão de futuros benefícios previdenciários, sendo estes considerados direitos sociais fundamentais nos termos da Constituição Federal. Portanto, de todo adequado para resguardar os interesses dos envolvidos (notadamente diante da paridade entre patrocinador e participantes/assistidos) que, para mudanças estatutárias e outras questões pontuais consideradas de maior relevo (sanções disciplinares), seja previsto um quórum de maioria qualificada para decisão dos correspondentes conselhos deliberativos".

A manifestação da Procuradoria Regional da República reforça o entendimento da Intercel e da APCelesc de que é necessário o equilíbrio dentro do Conselho Deliberativo para que os participantes não sofram com decisões unilaterais da patrocinadora, que podem pôr em risco os benefícios de saúde e previdência, que foram conquistados através de muita luta dos trabalhadores.

CELOS

PARTICIPANTES ELEGERÃO REPRESENTANTES NO CONSELHO DELIBERATIVO DA CELOS

Por que a eleição é tão importante para os celesquianos?

Eleger representações é uma forma de fazer com que os anseios da categoria sejam respeitados. Na Celos, o direito de eleger, entre os participantes, representantes para as Diretorias e para os Conselhos é uma conquista histórica que remonta ao princípio de gestão participativa. Criada na década de 70, a Celos nasceu da necessidade de garantir benefícios de saúde e previdência aos trabalhadores da Celesc e a seus familiares. Entretanto, para não ficar à mercê das decisões dos membros indicados pela Celesc, os trabalhadores iniciaram uma luta ferrenha para, através de voto direto, indicar seus representantes e ter voz ativa na gestão da Fundação. Apenas em 2002 a categoria conquistou o direito de votação pleno, com a eleição das diretorias Administrativo-Financeira e de Seguridade, além de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, construindo uma

história de autogestão de sucesso.

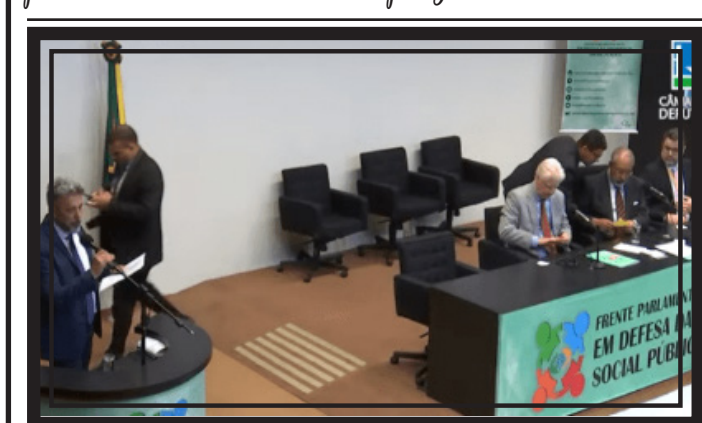
Em setembro, os participantes inscritos nos Planos Previdenciários terão o direito de eleger duas vagas no Conselho Deliberativo da Celos, órgão que determina os rumos da Fundação. Composto por 3 membros indicados pela Diretoria da Celesc e por 3 membros eleitos pelos participantes, com seus respectivos suplentes, o Conselho direciona a gestão da empresa e, consequentemente, os benefícios conquistados pelos trabalhadores. Por isso, é fundamental que a categoria tenha em mente que a eleição para o Conselho Deliberativo é uma eleição pela manutenção dos direitos dos trabalhadores e pela manutenção da Celesc Pública.

A campanha se inicia na próxima segunda-feira, dia 21, e se estende até o dia 20 de setembro, véspera da eleição, que acontecerá de forma virtual, no dia 21 de setembro.

APOSENTADORIA ESPECIAL

ELETRICITÁRIOS LANÇAM EM BRASÍLIA CAMPANHA PELA APOSENTADORIA ESPECIAL

Sindicatos da Intersul e da Intercel atuam para dar andamento ao projeto



Foi lançada no dia 9 de agosto, na Câmara dos Deputados, em Brasília, a Campanha em Defesa da Aposentadoria Especial dos Eletricitários. O ato foi realizado em conjunto com o relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

Na ocasião, a Confederação Nacional dos Urbanitários lançou o vídeo institucional que pretende sensibilizar parlamentares e a sociedade

sobre a importância do direito à aposentadoria especial à grande parte dos eletricitários que trabalham expostos ao agente perigoso eletricidade. A Intersul e a Intercel estão articulando junto a outros sindicatos do Coletivo Nacional dos Eletricitários para que a proposta avance entre a classe política. Você confere o vídeo da Campanha na página da Intercel no instagram: www.instagram.com/intercelsc



O que é, o que é? Perguntar não ofende: quem pode responder?

- 1) Desqualificar verbalmente o empregado que pede movimentação interna, é... assédio?!
- 2) Não passar demandas de trabalho ou passar cada vez mais tarefas é... assédio?!
- 3) Mandar e-mail – repetidamente – informando que "ordens" não atendidas pelo empregado podem resultar em punição pela Política de Consequência... é assédio?!
- 4) Pedir para empregados reduzirem o tempo de uso do banheiro durante o expediente... é assédio?!

Tem gente que também quer saber:

- 1) Tentar coibir a livre manifestação de colegas, "respondendo" comentário na seção de notícias... é bullying?!
- 2) Responder pesquisa de clima pela ferramenta Pulse... é realmente seguro e confiável?

Em tempo: assédio, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é definido como "toda forma abusiva, a exemplo de gestos, palavras e atitudes que se repitam de forma sistemática, atingindo a dignidade ou integridade física ou psíquica de um trabalhador". Refere-se a atos praticados por superior hierárquico ou ascendente. Bullying é um termo de origem inglesa, que define o ato de ameaçar ou intimidar alguém, humilhar por qualquer motivo, excluir, discriminar por cor, raça ou sexo, etc. Na prática, constituem gestos que intimidam e agride pessoas tanto verbal quanto fisicamente. Refere-se a gestos praticados entre ditos iguais como colegas de escola ou trabalho.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL. Jornalista responsável: Leonardo Contin da Costa (MTE 6550/SC). Conselho Editorial: Patrícia Mendes.

Rua Larcera Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030

E-mail: [sinergiajournal@gmail.com](mailto:sinerгияjournal@gmail.com)

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

NOTAS CURTAS

- O Sinergia promove neste mês mais uma edição do Projeto Meia Hora, que leva arte e cultura aos locais de trabalho na Grande Florianópolis. Ontem, quarta-feira, o Projeto Meia Hora esteve na ARFLO. Hoje trabalhadoras(es) da CGTEletrosul recebem o projeto no hall da sede da empresa, no Pantanal. Amanhã o Meia Hora chega ao hall da Administração Central da Celesc. As apresentações acontecem meio dia e trinta. O Sindicato está em contato com outras empresas para levar o projeto a outros postos de trabalho.

VOCÊ CONHECE A MARCHA DAS MARGARIDAS?

Trata-se de um movimento protagonizado por mulheres trabalhadoras rurais do campo, das águas e das florestas. A partir de debates coletivos realizados em seus territórios, elas constroem reivindicações que são pleiteadas junto ao governo federal, ao Congresso Nacional e a demais setores políticos.

Considerada a maior mobilização de mulheres da América Latina, a Marcha das Margaridas está acontecendo nesta semana e prevê a participação de 100 mil mulheres rumo a Brasília.

O nome da marcha é homenagem a Margarida Maria Alvez, sindicalista da Paraíba, que lutou por direitos de trabalhadoras e trabalhadores rurais e pelo fim do trabalho infantil. Foi assassinada em 1983, após ameaças de latifundiários da região.



Reprodução: instagram @cedimsc

